

Falando De Direito

Publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves

Ano 15 - nº42 - Maio, Junho e Julho de 2017

Fundação Margarida Maria Alves completa 23 anos de luta pelos Direitos Humanos na Paraíba



Formada como sucessora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves foi criada pelo Bispo Dom José Maria Pires e teve sua autonomia jurídica em 08 de Julho de 1994.

Com a missão de fortalecer e difundir uma cultura de respeito aos direitos humanos na perspectiva dos movimentos populares e da justiça social, a Fundação tem realizado ao longo de sua história diversos projetos tanto de assessoria quanto formação para lideranças populares e comunidades sem atendimento aos seus direitos.

Atuante dentro da entidade desde o ano de 1992, a Coordenadora de Projetos, Marcina Pessoa, lembra bem

das ações naquele início de caminhada. “As pessoas procuravam a gente para resolver todos os tipos de problemas, parecia um 'balcão de direito' que a Fundação acabava resolvendo os problemas menores e possíveis de resolvermos”, destaca.

Por conta do nome Margarida Maria Alves muitas pessoas ligam as atividades da Fundação com as de questões rurais, no entanto, a sua atuação é voltada para questões como moradia e solo urbanos, apoio e assessoria jurídica a movimentos e entidades sociais, formação jurídico popular entre outros.

Alexandre Guedes, colaborador e membro do Conselho Fiscal, aponta que a entidade é “importante no processo de organização dos lutadores e lutadoras do povo

em busca da conquista de políticas públicas de qualidade e de seus direitos fundamentais”.

Socorro Praxedes, atual Presidenta, ressalta a força e delicadeza da instituição: “A Fundação é uma casa de mentes e corações pulsantes. Foi construída por realistas sonhadores e, todo dia, se coloca em pé com esperança na labuta daqueles e daquelas que abrem suas portas e janelas para o sol entrar. Teimosa, alça voos complexos. Madura, sabe a hora de dizer sim ou não. Como as flores mais simples e menos visíveis, sua essência é tão bela. Parabéns, encantadora MARGARIDA!”.

Editorial

Entrar na vida adulta sempre é um processo complicado. É uma fase de fortalecer quem se é e buscar novos horizontes sem deixar de olhar para o que já construiu.

Chegando aos 23 anos de história, a Fundação Margarida Maria Alves segue mantendo as bases de sua formação enquanto constrói outros pisos.

Com esse pensamento entramos em outros espaços de diálogo social, pensamos novos projetos, conhecemos outras realidades e participamos de articulações e movimentos populares.

Nesta edição celebre conosco essa data comemorativa acompanhando em quais fóruns, comitês e conselhos temos participado; as informações recentes do nosso Curso de Formação de Juristas Populares e outras novidades.

Esperamos que gostem!

Estatuto da Criança e do Adolescente completa 27 anos

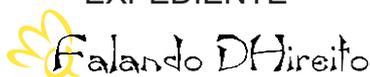


Foi lançada em Julho a Campanha "27 anos de conquistas do Estatuto da Criança e do Adolescente: por nenhum direito a menos", promovida pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Criança e do Adolescente (CAOP do MP/PB), a Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes (REMAR), a Prefeitura e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de João Pessoa e

as Redes Municipais de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente.

A ação contou com a participação em sua elaboração do Núcleo de Comunicadores Amigos da Criança e fez parte de uma agenda comum realizada em rede pelas organizações que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Marcelo Soares (DRT 2612 /PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: Gráfica JB



<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/>
Fundação Margarida Maria Alves
FundacaoMMAlves

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?
Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Filiada ao



Fundação amplia sua participação em Fóruns, Conselhos e Comitês



À esquerda: reunião do FUNDAC; à direita em cima: encontro do CETDP/PB e em baixo: reunião do NUCAC/PB.

Uma das ações realizadas pela Fundação Margarida Maria Alves ao longo de sua existência é a participação ativa em diversos conselhos, fóruns, comitês e outros grupos de interesse social e popular.

Marcelo Soares, Assessor de Comunicação, ressalta a importância de estar presente nesses grupos. “Como uma entidade da sociedade civil é muito importante para nós estarmos participando ativamente de fóruns, comitês, conselhos e poder dialogar com outras instituições. Apesar de termos uma equipe pequena, fazemos questão de aceitar os convites que nos chegam à medida do possível, é uma honra para nossa Fundação.”

Além da Vice-Presidência do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba, representada pela advogada Izabella Chaves, a

Fundação Margarida Alves se faz presente também no Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico e Desaparecimento de Pessoas (CETDP/PB), Comitê Paraibano de Educação em Direitos Humanos, Conselho de Segurança Preventiva e de Direitos Humanos do Município de João Pessoa, Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERURB/PB), Conselho Gestor do Parque Estadual Mata do Xém-Xém, Núcleo de Comunicadores Amigos da Criança (NUCAC/PB), Fórum Plano Diretor Participativo e Fórum Interinstitucional pelo Direito à Comunicação (FUNDAC).

José Marcos Salgueiro, pedagogo e representante da entidade no CETDP/PB; no Conselho da Mata do Xém-Xém e no Fórum do Plano Diretor, aponta a importância da participação da sociedade civil nesses encontros. “É sempre interessante estar em diálogo

com outras entidades e organizações no Comitê, ainda mais sendo um assunto que merece toda a nossa atenção como o tráfico de pessoas. É preciso que cada vez mais a população, ong’s e instituições se comprometam com esses temas e participem ativamente da construção desse combate a tal crime”.

Para Marcelo Soares, é interesse ver o quanto as instituições públicas tem se reunido com os movimentos sociais na busca de maior integração e parceria por melhorias no modo de viver da população.

“Nossa arma maior é o diálogo e união, só juntos podemos mudar as coisas e ter uma esperança de futuro melhor”, destaca.

Curso de Formação de Juristas Populares chega a sua etapa final

Iniciada em fevereiro, a 15ª Turma do Curso de Formação de Juristas Populares chega a metade dos módulos de direito e se prepara para as próximas ações do curso como a Ciranda de Direitos, que acontecerá em setembro, e as visitas aos órgãos públicos em agosto.

Durante junho e julho ocorreram os módulos de direito voltados para a Organização do Poder Judiciário, Direito de Família e Direito Civil. Por motivo de saúde, a Coordenadora do Curso, Izabella Chaves, teve que se afastar das atividades e as aulas ficaram a cargo do advogado e Mestrando em Direitos Humanos, Marcus Linhares.

Segundo a Dra. Rosane Maria Araújo e Oliveira, Promotora de Justiça de Defesa da Mulher da Promotoria de Justiça dos Direitos Difusos de João Pessoa/PB, que participou de um dos módulos abordando a estrutura e funcionamento do Ministério Público Estadual, “a Fundação está de parabéns por ter um espaço democrático e plural para discutir situações tão emblemáticas e importantes, sobretudo no contexto e conjuntura que nós temos hoje no país”.

Para ela, falar da Justiça e sua estrutura é de suma importância, “se ela está realmente atendendo ao seu papel ou extrapolando merece uma reflexão profunda, crítica, e nada melhor que chamar o



Dra. Rosane Maria Araújo no Módulo de Organização do Poder Judiciário

maior interessado nisso que é o povo para que também possa entender o seu funcionamento”, concluiu.

Também esteve como convidada nos módulos a Defensora Pública Federal na Paraíba, Diana Andrade. Ela falou sobre direitos sociais e esclareceu dúvidas.

“A participação da Defensoria Pública da União no curso foi muito importante, porque foi uma oportunidade de diálogo direto entre lideranças populares e uma instituição que tem o dever de prestar assistência jurídica à população que precisa da efetivação de direitos sociais como saúde, previdência, educação, moradia”, destacou.

Diana apontou ainda a necessidade da discussão sobre o tema. “Atualmente há vários direitos sociais no alvo de reformas bastante preocupantes para trabalhadores, idosos e

enfermos, e o Curso de Juristas Populares também propiciou a reflexão crítica sobre esses retrocessos normativos que estão propostos”, concluiu.

Ao longo do Curso vem sendo realizada também reuniões de Monitoramento do Diagnóstico Social com o pedagogo da Fundação, José Marcos Salgueiro.

“Temos discutido em sala problemáticas que eles trazem de suas comunidades e formas que poderiam como futuros Juristas Populares de buscar soluções para elas”, explica José Marcos.

O Curso de Formação de Juristas Populares continua com os últimos módulos e tem sua cerimônia de formatura programada para setembro.

Fundação Margarida Maria Alves visita associação de famílias atingidas pelo Zika Virus



Izabella Chaves junto com mães de crianças afetadas pela microcefalia

No mês de abril a Fundação Margarida Maria Alves esteve em Campina Grande para conhecer as famílias integrantes da Estrela na Terra – Associação Paraibana das Famílias Atingidas pelo Zika Vírus. A entidade busca a promoção dos direitos à vida sem violência, à igualdade, à saúde, à acessibilidade, à educação, e dos direitos sexuais e reprodutivos, entre outros.

O encontro teve como objetivo um maior contato com a associação em busca de uma proximidade de ações e parcerias.

Marcina Pessoa, Coordenadora de Projetos, e Izabella Chaves, advogada da entidade e Coordenadora do Curso de Formação de Juristas Populares, conversaram com mães e pais de crianças com microcefalia sobre suas dificuldades e interesses como organização coletiva.

Segundo Marcina, a reunião foi satisfatória e esclarecedora. “Na turma desse ano do nosso Curso de Formação de Juristas Populares tivemos contato com uma família vinda da cidade de Esperança que tem uma filha com microcefalia em decorrência do zika virus, foi a partir deles que ficamos conhecendo a Associação, sua busca de formalização e luta pelos direitos das famílias atingidas por essa epidemia. Assim, nos interessamos em saber mais sobre e marcamos uma visita ao local em que eles se reúnem semanalmente em Campina Grande. Foi muito esclarecedor o encontro e ver os obstáculos que essas mães e pais enfrentam diariamente, muitos sem o apoio governamental que deveriam receber.”

Izabella Chaves destaca a importância dessas famílias se unirem em busca de seus direitos. “A maioria dessas

famílias são de cidades distantes umas das outras e aproveitam a vinda a Campina Grande para fortalecerem a união e a formação dessa Associação. Ouvimos muitos relatos sobre direitos negados pelos municípios como transporte adequado para as crianças e falta de estrutura hospitalar para suas necessidades. Uma pena ainda termos esse tipo de problemas para pessoas que já tem que lidar com diversas dificuldades naturais da condição de seus filhos”.

Ao fim do encontro, a Fundação comprometeu-se a auxiliar em um contato da Defensoria Pública da União (DPU) com os familiares e a Associação para retiradas de dúvidas e esclarecimentos.

Sessão Especial da ALPB comemora 25 anos do Conselho Estadual de Direitos Humanos

A Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), através da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, realizou no mês de junho uma Sessão Especial para comemorar os 25 anos de fundação e atuação do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba (CEDH-PB).

O autor da propositura, deputado estadual Frei Anastácio, destacou algumas das ações do Conselho como acompanhar as violações cometidas contra crianças e adolescentes, a questão da luta pela terra, desmistificar a imagem de que os Direitos Humanos protegem criminosos, entre outras.

Já o professor Rubens

Pinto Lyra, um dos fundadores do órgão, agradeceu a iniciativa. “A principal característica do órgão é trabalhar junto à sociedade e compartilhar com o Estado a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento dos Direitos Humanos na Paraíba”, argumentou.

O CEDH-PB foi criado em 14 de janeiro de 1992 pela Lei nº 5551 e é formado por representantes da ALPB, das secretarias estaduais de Justiça e Cidadania e da Segurança Pública, da Corregedoria-Geral de Justiça, do Ministério Público (Federal e Estadual), Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil na Paraíba (OAB-PB), além de entidades e movimentos sociais.

De acordo com a

presidente do Conselho, Guiany Campos Coutinho, a comemoração da data não tem apenas um caráter festivo, mas de luta para a permanência do órgão por mais de duas décadas.

“Se chegamos até aqui é porque fomos bravos na luta. Esse Conselho pautou diversas questões na defesa dos direitos humanos. São várias as demandas que vão além do âmbito da violência penitenciária, incluindo também problemas acerca da saúde, transporte e educação, e é por tudo isso que precisamos continuar na defesa da promoção da vida”, finalizou.

João Pessoa sedia I Seminário Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Aconteceu no dia 28 de julho o I Seminário Estadual de Enfrentamento ao Tráfico e Desaparecimento de Pessoas da Paraíba, promovido pelo Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico e Desaparecimento de Pessoas (CETDP/PB).

Além do seminário, foram realizadas ações educativas durante a Semana de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, entre os dias 24 e 28 de julho, como adesivagem de carros e distribuição de cartilhas em pontos

estratégicos da cidade; forte mobilização na rodoviária e no aeroporto; visita à 1ª Vara Federal da Capital especializada em Tráfico de Pessoas e Audiência Pública na Câmara Municipal de João Pessoa, com indicativo de data para o dia 31 de julho.

O CETDP/PB foi criado em 2016 para uma atuação em conjunto com outros Estados, bem como países que também implantaram comitês, postos e núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Agora que você chegou ao fim de nosso informativo que tal nos dar um retorno do que achou? Isso mesmo, nos escreva dizendo o que acha de nosso jornal, dando sugestões, fazendo críticas, o espaço é seu! Então corre pro computador e mande um e-mail para fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br ou nos mande uma carta para Rua: Irineu Joffily, 185. Centro, João Pessoa/PB, CEP.: 58011-110. Sua opinião é muito importante para nós.